PAULA SUSANA SILVA C. LOPES

SOBRE CIRCUITOS DE LEITURA

Tese de Mestrado em Teoria da Literatura

apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Para obtenção do grau de

Mestre em Teoria da Literatura

2002

De que serve a ementa mais racional, o plano alimentício mais variado, se na conservação e preparação dos alimentos se perdem as substâncias mais nutritivas? O segredo da cozinha sadia radica numa escolha cuidadosa no momento de efectuar a compra: as frutas e as verduras devem ser frescas e de aspecto apetitoso. Quando a fruta é fresca, tem a casca polida e brilhante. As folhas verdes devem ser lisas e não rugosas. O pão não deve ter bolor, mas sim ceder à pressão dos dedos e apresentar uma côdea lisa. Por sua vez, os enlatados (se bem que devam ser evitados a todo o custo) devem apresentar um aspecto intacto, sem amolgaduras; devem mencionar a sua composição e indicar também o prazo de validade. Isto é importante, sobretudo se se tratar de alimentos que se deterioram com facilidade, como o requeijão, o iogurte, o leite, as natas, a manteiga ou os ovos.

Annette Wolter

Parte I

[i]

1. Quando o nosso interlocutor começa a manifestar sinais de incompreensão sobre aquilo que estamos a tentar explicar, há uma altura em que todos nós começamos a fazer caretas. Vulgarmente, a este tipo de sinal corresponde um tipo particular de dificuldade que diz mais respeito à natureza do que se pretende explicar e menos a uma impotência explicativa daquele que se quer fazer compreender. Em casos minoritários, podem ser ainda sinais de impaciência diante dos escassos recursos intelectuais do interlocutor, e, em casos ainda mais minoritários, podem ser expressões de patologias fisionómicas com um espectro de causas mais ou menos diverso.

O caso que interessa a este trabalho diz menos respeito às caretas propriamente ditas do que às dificuldades que elas suscitam e exclui por isso todos aqueles casos anómalos que acabei de referir. O meu propósito também não é retratista, ainda que, em determinadas alturas, o presente trabalho possa tender para uma certa minúcia descritiva que caracteriza habitualmente esse modo de representação. *Dificuldade*, neste trabalho, *deverá ser entendido,* sucintamente*, como uma perturbação acidental na gramática das explicações convencionais.*

2. A esta classe de dificuldades deverá, pois, estar mais ou menos associado o exercício de uma prática que é extemporaneamente surpreendida pela ineficácia da aplicação de uma determinada norma ou juízo. Deverá ser lido portanto que estou a falar daquele tipo de dificuldades que não tiram o sono àquele conjunto de pessoas que chamaria, talvez já sem grande actualidade, de *amadores*. Por exemplo, quando um aspirante a físico tenta explicar a outro aspirante o que é o «Princípio da Relatividade» ou quando um aspirante a lógico tenta explicar a outro aspirante o que é o «Cálculo Proposicional» ou quando alguém, aspirante a engenheiro de *hardware* informático resolve fazer um *up-grade* da *motherboard* do seu próprio PC sem *drivers*, sem manual de instalação, sem cabos de ligação e desconhecendo se o design de *slots* e *sockets* é compatível com o resto do equipamento.

Não tirando o sono a este conjunto de pessoas, perturba no entanto e muito aquela classe de pessoas que se dedica a estancar o impremeditável que assola as suas actividades. Estou portanto (e é aqui que deve ser encontrado o nódulo do problema) a referir-me àquelas dificuldades que originárias de uma experiência consagrada não podem, ou deixam de poder ser, compendiadas. Por outras palavras, que não podem, ou deixam de poder ser, reocupadas quer por uma definição, quer por uma gravura, quer ainda por uma lição.

3. Habitualmente, debaixo de uma grande efusão gesticular e mímica, estas dificuldades são descritas (quando são descritas) como dificuldades não técnicas, ou seja, como dificuldades que não podem fazer parte de nenhum programa de instrução e cuja transmissibilidade não depende, naturalmente, de nenhum

instrutor. Nestas alturas, os menos acanhados gostam de referir-se (desacanhadamente) à faculdade de entender aquilo que não tem compêndio como um «dom do entendimento» [1]. Seja como for, abençoados ou não por estes dons, os pacientes mais modestos dão lugar ao *espanto* (o comportamento que uns dizem ser o início mais genuíno de todo o conhecimento [2]), enquanto os menos modestos cedem terreno a uma *obra de arte*. Se fosse ainda fosse possível arriscar uma caracterização do comportamento dos segundos seria o qualquer coisa como isto: *o exercício de uma actividade que faz daquilo que não está abrigado num conceito a resolução de uma dificuldade*.

4. Antes de prosseguir, gostaria, no entanto, de sublinhar que não pretendo insinuar que estas dificuldades, bem ou mal resolvidas, sejam muito, muito importantes. Quero sim dizer, pelo contrário, que o importante é conseguir olhar para o facto admirável de existirem coisas muito, muito difíceis de explicar. Este trabalho não é portanto para ser lido como um elogio à dificuldade, escolho onde certos especialistas do conhecimento gostam de esconder a pluma da sua erudição e os artistas de exibir a sua vaidade.

1. Como tentei fazer notar no início, neste trabalho deverá ser entendido o seguinte: onde há careta, há dificuldade, onde há dificuldade não há nem definição, nem gravura, nem lição. Careta é aqui tomado como toda e qualquer expressão de um limite explicativo e conceptual e não deve ser tomado, por isso, como mera curiosidade reservada à ciência fisionómica. Dessa expressão do limite, não é nem o seu recorte, nem a sua forma, nem tão pouco a sua evolução que me interessam, mas a sua *operacionalidade* ou, por outras palavras, *a sua capacidade de se deixar substituir por sinais alternativos, entre os quais se incluem, naturalmente entres outros sinais, as caretas.*

Sabemos, no entanto, que a expressão da careta não nos leva a quase lado nenhum se o nosso propósito for *fazer-nos entender sem equívocos* quer seja no seio de uma comunidade, quer seja diante de um determinado interlocutor. Estou sobretudo a referir-me àquelas situações limite em que a delicada missão de nos fazer entender não pode prescindir de um aliado fidedigno e mais formal do que um bocejo, ou um gesto. Por exemplo, quando somos ouvidos como testemunhas num tribunal cívico, quando representamos uma bancada parlamentar, quando somos chamados a prestar contas em certas e muito especiais operações contabilísiticas.

No entanto, e apesar do fraco peso institucional que têm determinadas manifestações, todos nós possuímos, ou parecemos possuir, a presunção de que somos infalíveis, lestos e hábeis em saber tomar o lugar do que ficou por dizer

pela expressão correlata, sem necessidade de entrar em grandes escrutínios analíticos. Ora é esta *faculdade*, diria intuitiva, *de ver correlações que tomam o lugar de signos não expressos, sem que a manutenção do entendimento dependa dessa expressão e sem que o sinal correlato estabeleça com eles uma relação sugestiva*, o principal tema deste trabalho [3].

[iii]

1. Para todos aqueles que pensam que nada disto ocupa a cabeça das pessoas que se interessam por arte ou literatura, gostaria de começar por dizer que nada do que supostamente se passa na arte ou na literatura tem alguma coisa a ver com pedidos de autorização expressa para ocupar certas coisas *com* outras coisas, ou para tomar certos lugares *por* outros lugares. Seria caso para dizer que nas discussões acerca de arte não existem taxas de aluguer talvez porque a arte não seja um senhorio exigente, nem as discussões inquilinos obedientes e sejam por isso impossíveis as acções de despejo. A leitura normal, por exemplo, não se processa com um dicionário à ilharga, nem o leitor está num enclave cercado de um batalhão de autoridades. Não há semáforos na leitura, nem acessos de circulação livre e condicionada, e mesmo aquilo que mais parecido podia haver com isso, a pontuação, adquiriu, desde há um tempo para cá, um aspecto significativamente nómada. Actualmente, nada há na leitura que seja parecido com uma autoridade, nem mesmo, e se calhar sobretudo, quando utilizamos um instrumento como o da citação, ou quando fazemos uso de uma assinatura, ou mesmo quando a experimentamos em regime de anonimato.

1. Se a minha pontaria descritiva em iii-1 não falha, como se explicaria então que na leitura haja processos semelhantes aos da troca directa, do género, 'eu dou-te a minha, tu dás-me a tua'? Que sentido tem este comércio ? Como é que sabemos que não trocámos gato por lebre e não enganámos o parceiro da troca? Como pode então existir uma crítica da leitura sem caretas, ou, por outras palavras, como é que a crítica da leitura se pôde institucionalizar numa linguagem tornando o seu objecto em objecto portátil e simultaneamente em matéria de tráfico fácil ?

O motivo principal da formulação de todas estas perguntas está, directamente relacionado com um dos propósitos matriciais e mais ambiciosos do ensino que é o de ser possível ensinar técnicas e conhecimentos com uma margem mínima de segurança [4] . A primeira, e talvez a mais grave das suas presunções é a de que existem objectos [5] sobre os quais é exercida a sua influência [6]. Mas esta mesma formulação precisa de ser corrigida e é dessa correcção que deverá surgir circunscrito o problema.

2. Em termos gerais, a questão que está aqui a ser levantada é, aproveitando ainda a analogia tomada anteriormente, a seguinte: quando realizamos trocas directas, em rigor, *só* estamos a realizar trocas directas. Por outras palavras, quando se insinua que podemos trocar textos por textos, deveríamos estar a insinuar uma coisa bem menos ambiciosa do que suporíamos à partida: a de que

não estamos a trocar símbolos por símbolos, mas *apenas* textos por textos. O problema em questão deverá então ser fomalizado do seguinte modo:

♦ *Podem os símbolos ser matéria de troca ? E se sim, em que tipo de troca ou em que tipo de mercado ?*

Poucas pessoas são capazes de reconhecer que os símbolos são matéria passível de uma troca directa. Pelo menos incapazes de reconhecer que são matéria passível de uma troca semelhante àquela que é efectuada com batatas *por* feijões, porcos *por* coelhos, e, inclusivamente, mulheres *por* cavalos. Quando se entra num mercado de troca de espécies, não estamos a olhar para o 'valor próprio' das espécies, estamos a olhar sim para um outro tipo de valor que é aquele que é adquirível pela sua apropriação: estamos portanto a falar mais de *usufrutuários* do que de *bens*. É vantajoso para um comerciante trocar uma mulher por um cavalo se a sua quinta precisar de ser defendida e estiver repleta de mulheres. Pelo contrário, se está preocupado em encontrar herdeiros para a sua quinta, e não está, por outro lado, interessado em experimentar técnicas de inseminação artificial, deverá trocar os seus cavalos por um punhado de mulheres, e de preferência, férteis. Quando este homem realiza a troca, não está, por intermédio do acto, a atribuir nem um valor à mulher, nem um valor aos cavalos, está sim a atribuir um valor à troca que lhe trará, por sua vez, um benefício [7].

Outra coisa completamente diferente sucede com aquilo que se passa habitualmente em leilões onde os bens leiloados são objectos de uma base de licitação. Ao contrário do que se passa em mercados de troca directa, neste mercado os símbolos existem mesmo e não estão escondidos no palanque dos objectos. Nestes casos, e simplificando deliberadamente, temos o caso de um símbolo a inflacionar um objecto. Se perguntarmos a alguém que comprou uma peúga de Elvis Presley por 3 mil dolares o que é que de facto julga ter comprado, ele vai certamente responder que julga ter comprado um objecto de Elvis Presley. Se o comprador for, para além de comprador, um devoto de Elvis Presley, passará a responder também que, para além de ter comprado uma peúga de Elvis Presely, comprou também *uma parte de* Elvis Presley.

Retendo este comprador e retomando ao mercado de textos, deveríamos começar por concluir que para o mercado de textos se tornar efectivamente num mercado de símbolos, os textos deveriam ser tratados como peúgas de Elvis Presley, já que quando tratamos textos como o comerciante trata cavalos e mulheres, não estamos a cuidar nem de significados, nem a trabalhar com valores.

3. Em conclusão, isto significa que para existir símbolos, sobre os quais possam ser realizadas operações de sentido, é necessário não só que os elementos da troca tenham de pertencer a espécies de bens distintos, como também que exista *qualquer outra coisa* que necessite de ser inflacionada. A minha pontaria descritiva em iii-1 é, pois, imprecisa e a consequente formulação

do problema em iv-2 especiosa. O problema em questão deverá então ser formalizado de um outro modo.

1.

♦ *Para termos valor e símbolos sobre os quais possamos realizar com um mínimo de sucesso operações de sentido, por que outra coisa ou por que outro bem devem os textos ser trocados ?*

Vamos experimentar chamar ao ‘sentido’ a unidade de valor dos textos. Se é difícil (mas possível) determinar qual o valor de um bem leiloável, como determinar o valor de um texto ? Os alfarrabistas, por exemplo, não têm dificuldades em responder à pergunta, mas será que trabalham com a sua unidade de valor ? Um alfarrabista pode não saber quanto pesa uma metáfora, mas sabe distinguir e bem uma primeira de uma segunda edição. E isso basta-lhe. Pelo contrário, um profissional de leitura sabe ou tem, pelo menos, a obrigação de saber, avaliar um texto. Em que mercado é que ele pode entrar ? Por que coisas e bens pode ele trocar um texto ?

Caricaturar o apuro em que se encontra este profissional neste momento é tarefa dispensável e humilhante para certas comunidades. Podemos pensar que em mercado onde é praticada a agiotagem, na bolsa, por exemplo, este profissional não vai ter de certeza qualquer sucesso. É forçado então a concluir que um texto deverá ser um bem cuja natureza é diferente de um bem leiloável.

Mas se o mesmo crítico experimentar entrar em salas onde o sentido é ainda avaliado vai constatar que as práticas de avaliação do sentido são e muito semelhantes às práticas de agiotagem. Ao contrário do que poderia parecer, a especulação que é feita sobre determinados capitais é feita também sobre o sentido dos tais bens cujo mercado ainda não foi detectado. Nestas alturas, um texto não se distingue em nada de uma acção ou de uma obrigação. De que modo pode então o valor de um texto ser especulado ? Quando nos aproximamos do chamado sentido pneumático, ou seja, quando um texto pode pesar na nossa cabeça, ou no nosso pulmão (é indiferente para esta descrição saber o paradeiro da nossa sede) e transportar-nos para outro lugar. Nesta altura, a operação de sentido entra em processo de funcionamento porque o texto torna-se o motor de uma experiência. Neste sentido também, saber se um texto está ou não a funcionar deixa de ser assunto polémico.

2. Em conclusão, isto significa que uma operação de sentido entra em processo de funcionamento quando um texto passa a poder ser trocado por uma experiência. O bem de troca de um texto é, pois, o bem de troca de qualquer coisa que é gerado por ele mas que lhe é simultaneamente distinto, ou seja, uma experiência.

Parte II

[i]

1. Frequentemente, pensa-se que a linguagem serve o propósito de ‘comunicar’ e que é portanto um produto comunitário de um tráfego de signos transindividual. Esta noção de linguagem pode tornar-se mais clara quando a confrontamos com a experiência de chegar a um país estrangeiro. É certo que se queremos, pelo menos, usar o bilhete de retorno ao país de origem vamos ter mesmo de ‘comunicar’. Um falante puro e obtuso de uma língua românica, por exemplo, tem escassas possibilidades de conseguir chegar com sucesso a *Weimar* se sair ao volante do seu automóvel da cidade de *Berlim*. Dominar o código de trânsito universal não lhe vai bastar, até porque as estradas alemãs, não são de todo semelhantes às francesas, muito menos às portuguesas. Na menos grave das situações possíveis, pode muito bem julgar encontrar na tabuleta ‘Ausgang’ o mesmo que encontra na tabuleta ‘Porcalhota’ na estrada que vai para a Amadora. Na menos grave das consequências possíveis desta situação hipotética, pode muito bem achar que chegou finalmente o momento de fazer uma paragem na viagem para beber uma Bockbier. Vai demorar não muito tempo a perceber que a tabuleta é ainda a primeira fase de uma longa cadeia de instruções para conseguir chegar a uma vila limítrofe e não o nome que lhe dá acesso directo

e imediato. Para aquilo que este viajante procurava a palavra ‘Ausgang’ não é ainda um nome. Mas os problemas não vão ficar por aqui: mesmo que este falante puro e obtuso consiga chegar finalmente a *Weimar* vai ter no entanto dificuldade em escolher a ementa que quer para o seu jantar.

Nestas alturas, a descrição da linguagem como uma necessidade comunicativa, ou como um produto de um tráfego de signos trans-individual, não só nos convém como nos parece arrumada, clara e consensual. Mas quando voltamos à nossa casa e à nossa terra, sabemos que fazemos mais coisas com a nossa língua materna do que com o *pidgin* que precisámos de aprender para não morrer de fome na Alemanha. E sabemos também que os monumentos mais extraordinários de cada uma das línguas autóctones não foram esculpidos nem pela necessidade, nem pela sobrevivência, nem para pedir um *beef-steak* ao pé do *Reichstag*: *As Décadas* de João de Barros, *Don Quijote de la Mancha* de Miguel de Cervantes, *A la Recherche du Temp Perdu* de Marcel Proust, *Ulysses* de James Joyce, *Das Prozess* de Kafka, são apenas alguns exemplos.

Simplificando deliberadamente, isto parece querer dizer que o uso da língua como comunicação corresponde a um estádio primário do crescimento linguístico de um falante e que o uso ginástico, criativo e maleável a que ele a submete depois ou é supérfluo (dirá um leninista ortodoxo) ou é um produto maligno da civilização (dirá um clarividente pároco de aldeia). Quer queiramos, quer não, e ao contrário do que pensam as instituições culturais cuja função seria representar as respectivas línguas autóctones, não é dramático que um educando não saiba ler o *Sermão da Sexagésima* de Padre António Vieira: é dramático sim que o educando

não queira beber leite pelas manhãs ao pequeno almoço, que se recuse a lavar os dentes antes de ir para a cama e que não seja capaz de dar um pontapé ao colega que o ofendeu no pátio do recreio.

2. É dado aceite, porém, que as campanhas de consumo de leite e de pastas dentífricas estão neste momento irmanadas com as campanhas de incentivo à leitura de monumentos nacionais. Nestas alturas, precisamos de facto de uma descrição adequada de língua para as tornar rentáveis. E uma dessas descrições é a de que para aprender a 'comunicar' é necessário não só falar a língua de toda a gente como também a língua de quem melhor falou nas comunidades linguísticas de que o falante faz parte.

É no entanto curioso que muitos dos modelos que fazem parte destas campanhas, aqueles que foram eleitos como os supremos exemplos da excelência linguística dessas comunidades, tenham sido precisamente os mesmos que conseguiram fugir ao congestionamento provocado pelo tráfego das palavras mais comuns e usadas por toda a gente para conseguir fazer finalmente aquilo que as pessoas dizem que as palavras fazem: 'comunicar'. Mas se estes autores conseguiram fugir, não conseguiram no entanto deixar de ser perseguidos: o batalhão da leitura foi atrás deles tentar perceber por onde é que se escaparam. Mas podemos ainda perguntar-nos, se levarmos avante o nosso humor esquadrinhador, o que pretendiam realmente fazer estes modelos da excelência linguística.

[ii]

1. Peguemos no exemplo de Mário de Sá-Carneiro. No conjunto das novelas do Céu em Fogo: será que Sá- Carneiro queria 'comunicar' ? E se queria, com quem ? Comigo?! Connosco?! Com os leitores?! E que leitores? Vejamos um exemplo:

28 Fevereiro

Caminhos...

Oscilações difusas, de cores brandas, aquosas, ascendem em movimentos de hélice, a refrescar o ar à minha volta – indícios multicolores soçobram – enroscam-se sons perdidos de azul, num retinir cendrado – volteiam sensações de filigranas – alastram-se ecos de marfim...

E depois continua:

Tal é a paisagem de subtileza, nostálgica doutros mundos, que me encerra hoje !

Tudo se me toldou a bruxulear. Tudo se me substituiu em Imponderável.

Eu sei, eu sei. É que verdadeiramente, a partir da Hora-imperial, a minha existência tornou-se sensível a outras dimensões. E é nelas que prossegue hoje a minha vida estática...

Luar de embandeiramentos ! [8]

Qualquer leitor mais desprevenido diria que o autor se encontra debaixo de um grande distúrbio psicológico. Um leitor clínico devidamente programado não teria qualquer dificuldade em inferir do efeito a causa, sabendo, se exógeno, qual o nome do químico, se endógeno, qual o nome do distúrbio mental. Em vez de fazer o que faz um leitor comum, uma contabilização de termos linguísticos com propósitos a maior parte das vezes indefinidos, poderia perfeitamente inferir do predomínio de imagens visuais, da exaltação eufórica, da tendência para tornar abstracto o concreto os sinais inequívocos que usurpariam de imediato a suspeita de se tratar ou de um problema congénito ou da acção de um químico alucinógeno de potência média alta. O que é que mudaria neste exercício ?

2. Aparentemente, nada. Existe no entanto um *princípio de replicabilidade* difusamente incutido na maior parte das comunidades de leitura que consiste em prescrever, intencionalmente ou não, o seguinte: ‘quando vires um texto, responde-lhe com outro’. Nos termos que acabei de propor, a leitura continuaria ser um processo passível de ser descrito como um processo de substituições e de trocas, mas com uma diferença determinante: a de que no suposto lugar da «interpretação do sentido», se prescreve uma receita por intermédio de um diagnóstico. Nesse momento, o leitor passa a transferir a sua leitura para uma outra entidade de leitura. A novidade é que não é a outra entidade de leitura, mas o próprio processo da transferência, que lhe permite encontrar um sentido [9].

Isto parece querer dizer então que o melhor leitor de um leitor é outro leitor, e que a melhor reposta a um texto é outra espécie de texto. O tráfego das

conversas de uma comunidade de leitores deste tipo seria então deste género: tu dás-me um adjectivo, eu dou-te um diagnóstico, tu dás-me um poema, eu reservo-te uma cama no hospital.

3. Felizmente ou infelizmente, a modernidade já nasceu depois da ideia de que certas coisas não se escrevem, nem se dizem e que certas outras não se dão para ‘ler’. Mas é sobretudo a aura intrigante que a arte (com letra pequena) ainda possui nos nossos dias que faz com que descrições como aquela que acabámos de ler sejam imediatamente arquivadas no dossier da Arte (com letra grande). São portanto injectadas directamente, não para um laboratório para escrutínio químico, mas directamente, melhor, venosamente, para o sangue dos leitores. Mas o que estão a fazer estas descrições no dossier da Arte ?

4. Posso tentar apresentar uma resposta, sem tentar estancar a minha malevolência. Se a resposta não for: ‘Para mostrar aos sobrinhos que o tio escrevia muito bem e que não era um inútil’, ficamos ainda com um número de respostas possível. Se a resposta não for: ‘Porque é importante que os outros saibam que Portugal também teve um Modernismo’, o número de respostas possível diminui. Se a resposta voltar a não ser: ‘Porque sem elas não fazemos cursos de literatura portuguesa’ provavelmente, ficamos sem resposta. Mas há quem possa dizer ainda, com um ar arrebatado, que destas descrições queremos o seu ‘sentido’.

5. A melhor maneira de responder a estas respostas arrebatadas é tentar experimentar dizer isto: não faz qualquer tipo de sentido querer averiguar o sentido do que acabou de ser lido, tal como não faz qualquer tipo de sentido querer averiguar o sentido da proteína que entra no nosso corpo depois de comermos carne. Segundo a ortodoxia, o sentido é uma operação do intelecto, a ingestão uma operação biológica: claro que podemos fazer *a posteriori* uma descrição do processo químico que envolve uma operação digestiva, mas essa descrição não interfere na qualidade funcional do seu desempenho (por outras palavras, eu não necessito de uma descrição para saber ingerir, uma descrição não me 'ensina' a digerir). A olho nu, o sentido entendido como operação do intelecto é mais comum e, sobretudo, mais rentável: dizem as pessoas entendidas que as coisas mais difíceis de entender não se fazem com os olhos, nem com o coração, nem com o tacto, nem com a superfície do calcanhar. Desconheço se as coisas mais difíceis de entender se fazem ou não com estes sentidos, mas julgo saber que o sentido, tal como é habitualmente tratado em programas de inquirição de leitura, se entende dificilmente com as suas instruções. O experimentalismo na leitura parece aqui mais do que vantajoso, parece mesmo necessário.

Dessas experiências podíamos extrair certas conclusões que não me parecem despiciendas: por exemplo, podemos vendar os olhos dos visitantes à entrada de um museu de escultura; podemos obrigá-lo a ouvir uma melodia pela leitura silenciosa de uma pauta musical; podemos fazê-lo ler um texto subtraindo todas os espaços intercalares entre palavras;

Ao fim de algum tempo, talvez pudéssemos perceber exactamente qual é a instrução sensória mais adequada para melhorar o desempenho estético de determinado objecto. E talvez desta experiência pudéssemos apresentar aquilo a que chamaria uma «tipologia de objectos estéticos»: aqueles que precisam de ser deportados para as instâncias superiores da alma, aqueles que não precisam de ser deportados para as secções mais nobres do entendimento, e aqueles que podem circular, sem prejuízo no entendimento, por todo o corpo. Resta saber, se no final da investigação haveria ou não espaço para contemplar uma categoria de objectos cuja instrução de uso se caracterizasse por dispensar completamente qualquer tipo de actividade crítica subsequente.

[iii]

1. É convicção particular de quem escreve neste momento, que hoje em dia os textos querem cada vez menos ‘dizer-nos coisas’: como se explica então que ainda existam programas de averiguação do sentido na leitura? O que há para averiguar na proteína e na descrição de Mário de Sá-Carneiro ? Da proteína espera-se energia para o corpo, de Mário de Sá-Carneiro, e textos afins, espera-se qualquer coisa muito semelhante.

Vamos fingir no entanto que o produto funciona e que o mercado não passa pela crise que conhecemos. Que tipo de relação seria esperável obter com um autor que escreve coisas como estas que acabámos de ler ? A resposta parece ser mais do que certa: nenhuma. ou somos levados por ele ou então ficamos parados. Mas mesmo se formos levados, para onde é que vamos ? Esqueçamos, por momentos, Sá-Carneiro.

[iv]

1. Vamos supor que um bardo da escola de Mário de Sá-Carneiro deixou de dizer coisas ininteligíveis como o seu fundador e passou a dizer ‘ais!’. Como sabemos, um dos muitos efeitos colaterais de um ‘ai!’ é a possibilidade contangiante de serem partilháveis. A essa partilha conjunta, dá-se vulgarmente o nome de ‘compaixão’. Se as coisas que Mário de Sá Carneiro diz colocavam o problema de serem impartilháveis, o bardo da sua escola parece ter subido, em relação ao seu mestre, um degrau na escala da inteligibilidade e da partilha: nada mais, nada menos do que um ‘ai’. Os ‘ais’ são hoje incentivadamente partilháveis: todos nós fomos mais ou menos educados a saber cobrir os ombros de alguém com um cobertor, a dar um copo de leite a um faminto ou a emprestar um par de peúgas de lã a um indigente. Também sabemos, no entanto, que se estas relações correm muito, muito bem (de uma outra perspectiva, muito, muito mal), tanto o bardo como o seu socorrista vão acabar por passar o resto dos seus dias a dizer em uníssono ‘ai !, ai !’ Qual é o problema então ? Se o bardo subiu de facto em relação ao seu mestre um degrau na escala da inteligibilidade, qual o motivo do apoquento ?

2. O primeiro problema é que não vão viver felizes para sempre (dispensa, por isso, uma explicação). O segundo problema, é o substantivo. E o terceiro problema, é a semelhança.

[v]

1. Para analisar o segundo problema, esqueçamos temporariamente o bardo da escola de Sá-Carneiro e voltemos de novo ao texto de Sá-Carneiro. Vou tentar usar o módulo das instruções convencionais de leitura para tentar dizer uma coisa não convencional acerca da leitura. Por outras palavras, vou tentar fazer uma análise linguístico-gramatical.

2.

Caminhos...

Oscilações difusas, de cores brandas, aquosas, ascendem em movimentos de hélice, a refrescar o ar à minha volta – indícios multicolores soçobram – enroscam-se sons perdidos de azul, num retinir cendrado – volteiam sensações de filigranas – alastram-se ecos de marfim...

Nenhum dos substantivos usados por Mário de Sá-Carneiro é um substantivo simples, ou seja, ou um nome que não precisa de instruções para ser decomposto, ou um nome que designa um objecto físico ou um nome que não tem atrelado à sua roda uma constelação de polissemias. Os mais sérios candidatos possíveis a este estatuto: caminhos, oscilações, sensações, filigranas, hélices são perturbados ou sinaleticamente (por reticências, pontos de exclamação e vírgulas), ou morfo-sintacticamente, por ser constituintes de núcleos

sintagmáticos. Nenhum dos substantivos de Mário de Sá-Carneiro está distribuído de acordo com uma regra conhecida da distribuição. Isto seria perdoável se a descrição de Sá-Carneiro fosse uma enumeração (único caso de que me lembro neste momento onde é permissível, se não existirem propósitos rimáticos, a desordem na distribuição, quer seja ela assindética quer polissindética), mas não é: há predicado, e havendo predicados, há frases e havendo frases há intenções mais sofisticadas do que aqueles que temos quando gritamos ou fazemos enumerações e listas de compras. A existir uma estrutura de relações ela é apenas inferida pelo estrito cumprimento da regra sintáctica. Mas a correcção sintáctica, aqui, não nos dá nada: faz-nos reconhecer uma ordem que é também reconhecível, por exemplo, pelo mais estúpido processador de linguagem automática, mas não nos faz reconhecer a semântica da relação de cada um dos seus constituintes. Perceber, por exemplo, o que é que o determinativo filigrana está a fazer ao lado de sensações é desafio não muito fácil. Experimentemos.

3. Ao fim de algum tempo, talvez percebamos o que isso é, mas seremos talvez incapazes de substituir este sintagma por um exactamente equivalente. Não vamos conseguir desenhar uma imagem para este sintagma; não vamos conseguir reproduzir um som para este sintagma; não vamos ser capazes de esbarrar com ‘sensações de filigrana’ na Praça do Rossio às três da tarde; não vamos ser capazes de explicar a uma criança o que é que o autor queria dizer com ‘sensações de filigrana’. A natureza insubstituível deste sintagma não é, porém, uma virtude, é um limite. Significa que para lá dele, já estamos em terra alheia: e terra alheia aqui é a terra onde já não podemos substituir signos por

signos sem dispensar uma consulta externa (seja de um dicionário, seja de uma gramática, seja de um prontuário, seja de um esclarecimento prioritário do próprio autor, seja através de uma ginástica especial dos sentidos).

4. Podemos ainda fazer uma experiência gráfica no texto de Sá-Carneiro para tentar perceber se a acessibilidade do texto está ou não relacionada com a sua disposição gráfica. Será este texto, um texto diferente do que acabámos de ler ?

CaminhosOscilaçõesdifusasdecoresbrandasaquosasascendememmovimentosdehélicearefrescaroaràminhavoltaindíciosmulticoloressoçobramenroscamsesonsperdidosdeazulnumretinircendradovolteiamsensaçõesdefiligranasalastramseecosdemarfim

E agora, comparemos:

Caminhos...

Oscilações difusas, de cores brandas, aquosas, ascendem em movimentos de hélice, a refrescar o ar à minha volta – indícios multicolores soçobram – enroscam-se sons perdidos de azul, num retinir cendrado – volteiam sensações de filigranas – alastram-se ecos de marfim...

Parece consensual que nada mudou com esta experiência, a não ser o ritmo. A mudança foi de retina, mas a acessibilidade do texto permanece bloqueada. Mesmo que Sá-Carneiro tivesse o seu editor de texto configurado para

suprir todos os espaços (com ou sem valor gráfico) entre palavras, faria, com toda a certeza o mesmo texto. Aliás, creio que é imaginável que a sensação obtida na primeira leitura pode melhorar o seu desempenho privado com as alterações gráficas feitas na segunda. Se faz aumentar, por exemplo, a velocidade da leitura, nós descobriríamos muitas coisas. Entre elas, por exemplo, que Sá-Carneiro ou fez *bluff* ou é incompetente. Neste teste, nós percebemos pela melhoria do desempenho da segunda leitura que os seus sinais de pontuação não possuem qualquer valor semântico. São engodos gramaticais e podiam ser descritos metaforicamente como despistes para embebedar o sentido.

[vi]

1. Se o sonho de qualquer autor fosse fazer entender-se sem ser consultado, trataria de apoquentar o menos possível o seu leitor anexando ao seu produto um glossário ou um manual de utilização: um leitor não gosta de esbarrar a toda a hora e a todo o momento com dificuldades que ele próprio não pode resolver de modo autónomo. Mas quem é que diz que Mário de Sá-Carneiro está preocupado com a autonomia do seu leitor? Para quem é que Sá-Carneiro está a falar? Nestas alturas, Sá-Carneiro está a milhas de querer ser compreendido pelo leitor piedoso, está deserto que ele desapareça da sua frente, por outras palavras, não quer nada com ele. O interlocutor de Sá Carneiro é muitíssimo mais inteligente do que toda a piedade junta do mundo dos leitores convencionais que o perseguem. Então, e o que faz o leitor quando percebe que não pode ser leitor e que não tem leitura ? Como todos os aposentados, dá por terminada a sua missão e abandona a sua actividade.

2. Não se pretende esconder que o sonho teórico da descrição que acabei de abandonar seria a construção de *Programas de dispensa de leitura* estabelecidos segundo determinados critérios: verificadas determinadas condições textuais

inequivocamente descritas, o leitor teria de parar a leitura. Seria igual à fiscalização da construção de um edifício público, onde o aval é dado antes da construção e devidamente inspeccionada no seu decorrer. Claro que não é forçoso deduzir deste programa o axioma geral e alarmante de que a leitura não é necessária. A leitura é necessária, imensamente útil e em certos casos determinante. Resta perguntar apenas: 'que tipo de objectos são legíveis?' e em seguida, 'o que é necessário reunir na primeira fase do decurso deste processo, para além de um conjunto privilegiado de objectos ?'

3. Em relação à primeira pergunta, a resposta que sugiro experimentalmente, é:

♦ *Todos aqueles que para a constituição de um sentido dispensam uma consulta externa e são por isso replicáveis numa indústria de cópias.*

Em relação à segunda pergunta, a resposta que sugiro é:

♦ *Para além do domínio de um código e de um alfabeto, numa primeira fase, a semelhança.*

[vii]

1. Uma definição possível de ‘o melhor professor do mundo’ seria: ‘aquele que consegue fazer com que cada um dos alunos que compõem o seu auditório pense, em privado, que o professor está a falar directamente para ele’. Uma definição equivalente podia ser atribuída ao ‘melhor orador do mundo’ e ao ‘melhor escritor do mundo’. Isto pode querer sugerir duas coisas: ou que, apesar de existir uma retórica, não podem existir discursos, chamados públicos; ou que, tanto o professor, como o orador, como o escritor possuem uma faculdade especial (direi também inata) de *privatizar o entendimento*. Sugerir isto talvez seja parecido com aquele pastor que saia de casa pela madrugada para encontrar ‘aquela ovelha’, ou com aquele parlamentar que compõe um discurso para ‘aquele canto direito do parlamento’. E sugerir isto poderá parecer absurdo.

[viii]

1. Desconheço qual é a origem do hábito que nos leva a pensar que a genuinidade de um pensamento se obtém por ‘introspecção’. Mas quando, por exemplo, hesitamos numa resposta e ficamos em silêncio diante do nosso auditório, seríamos com certeza capazes de responder, se fossemos interrogados, que naquele momento estaríamos não a dormir, mas a ‘ler-nos’. Mas como é que nós sabemos que nos estamos a ler? A consulta é connosco? E o que é que estamos a ‘ler’? Chama-se muitas vezes ‘pensar’ a esta espécie de paragem silenciosa. O leitor nestas circunstâncias continua a fazer aquilo que estava a fazer enquanto estávamos a falar. Desta vez a ler aquilo que resta de uma actividade que se tornou subitamente introspectiva. Mas se o leitor não pára a sua actividade, o sujeito pensante também não. Se parar de falar fosse um episódio concomitante de parar de pensar, as pessoas eram para nós objectos mais domináveis. Mas as pessoas são um bocadinho parecidas com *screen savers* de computadores com a desvantagem de que fazem menos ruído quando suspendem parcialmente certas actividades. Mas, de um ponto de vista meramente especulativo, que garantia temos para excluir a hipótese de que alguém está a falar connosco nesse preciso instante? De facto, muitas das vezes, quando tentamos tornar legível a nossa mente (a quem? a nós? aos outros?), estamos também e ainda numa actividade de leitura. E se estamos numa

actividade de leitura, estamos ainda no decorrer de um processo cujos intervenientes temos dificuldade de nomear. Consta que, quando pensamos, temos diálogos interiores (que os mais incrédulos chamam também de fictícios). Há aqueles pessoas mais distraídas que chegam mesmo a deixar escapar da sua mente o seu pensamento, fazendo gestos e expressões (estariam, se fosse intencional, a facilitar a leitura dos que estão cá fora, ansiosamente à espera). Mas o que é curioso é que não nos ocorre colocar estas questões quando estamos, por exemplo, a ler? Nestas alturas, sabemos que alguém está a falar (‘falar’ de uma maneira especial) directamente para nós. Em princípio, o famigerado Autor.

2. ‘Pensar’, tal como foi aqui descrito, seria assim tão diferente de ‘ler’? Podíamos experimentar dizer coisas como: ‘estou a ler-me neste momento’. Seria muito estranho? E não seria isto tão parecido com dizer ‘estou em oração’?. Mas se isto é verdade, e se eu estiver disposta a usar indiscriminadamente uma frase ou outra para descrever o mesmo processo, há um componente na minha descrição que a irá bloquear: se eu de facto quiser dizer com a primeira frase o mesmo que quero dizer com a segunda, o pronome na primeira não é reflexo, nem sequer pronome. De facto, ‘me’ não está *por* mim. O que está ele então ali a fazer ?!

3. Sugiro então, de um ponto de vista meramente experimental, que ‘pensar’, ‘falar’, ‘ler’ são processos semelhantes e eminentemente bilaterais. E a razão da minha sugestão não é apenas para empregar o argumento que aqui estou a defender: ele é absolutamente necessário.

[ix]

1. O leitor, para conseguir optimizar a sua actividade, tem de presumir egoticamente uma série de coisas vexantes que não ousa partilhar com mais ninguém. Entre elas, a de que alguém está a falar directa e exclusivamente com ele. Um leitor, para ser um leitor, tem de participar num processo de exclusão e de se integrar em seguida numa presumível comunidade de eleitos. A semelhança não se consegue sem o cometimento deste engodo da bilateralidade. Nestas alturas, um leitor, para ser leitor, tem de se colocar fora de uma comunidade de leitura: se não o fizer, não se torna leitor. Claro que esta presunção individual é de uma rentabilidade diminuta, porque vai chegar uma altura em que todos os presumidos se vão encontrar na encruzilhada das divergências que dão origem, a maior parte das vezes, a episódios imensamente cómicos: um eleito, para ser eleito, tem de participar num contrato (normalmente sem assinatura) onde deverá existir uma espécie de cláusula da exclusividade. Os eleitos não podem constituir um coro, os heróis falam normalmente em monólogo (e nunca para uma plateia, a plateia vem depois).

2. Agora a pergunta é: ‘o que é que faz com que a natureza da mente do leitor esteja tão naturalmente e tão extraordinariamente *apetrechada* para esta presunção?’ Por outras palavras, ‘porque é que dificilmente assistimos a concórdias na leitura?’ A resposta que sugiro é curta e tem estreitas afinidades com um desejo congénito de encontrar semelhanças que vou apelidar de *paranóia*.

Paranóia deverá ser aqui entendida não como um insulto trivial dito por pessoas triviais em situações que nada têm de triviais, mas de modo estritamente etimológico: como um estar preparado para sair para fora [‘para’] em direcção à razão [‘noos’] [10]. Neste sentido, a paranóia seria não só uma etapa de leitura como o meio termo de um longuíssimo e acidentado processo: seria o transbordar para fora de um ‘si’ que está cheio, lotado. Não é de admirar pois, fenómeno que perturbou a inteligência analítica e incansável de Freud, que os testemunhos paranóicos sejam de uma admirável coerência. Freud, a dado momento, teve de pedir apoio à sua mais fértil imaginação para conseguir dar uma explicação coerente a estes fenómenos. Ou, por outras palavras, talvez mais rudes mas nem por isso menos certeiras, para conseguir cobrir a sua teoria. Para explicar essa coerência que tanto intrigou Sigmund Freud, vou utilizar uma metáfora explícita que lhe é exclusivamente dedicada.

3. Vamos supor que há um convidado particularmente desastrado que, a meio da nossa festa, se encosta ao vidro da nossa sala e o derruba. O convidado pede desculpas e o nosso vidro está no chão em estilhaços. Como ‘pedir desculpas’

não reconstitui um vidro partido, é necessário voltar a colar todas as peças se queremos o nosso vidro de volta. Seria absurdo pensar que estamos diante de um prodígio da natureza espantar-nos com o facto de todas as peças que recolhemos se encaixarem entre si: é que com uma relativa dose de paciência, peças + cola é = vidro. Claro que tanto as nossas narrativas privadas, como as narrativas das nossas paranóias são de uma admirável coerência, como não haviam de ser?! Não estamos, quando as construímos, a fazer nada de muito mais extraordinário do que fizemos quando acabámos de reunir e colar as peças do nosso vidro: apenas bricolage. O que seria absurdo (e julgo que foi isso que Freud fez quando tentou reconstituir a mente de Schreber) seria querer reunir estilhaços de vidros diferentes para, num puzzle geral, reconstituir uma mente particular. Por mais dramático que pareça, a minha peça não cabe em mais lado nenhum, a não ser no meu próprio jogo de estilhaços. Afinal, afinal se queremos o nosso vidro de volta e não o vidro do vizinho, não vamos estar dispostos a fazer concessões: não vamos limar as nossas peças, não vamos deformar-lhes os contornos, não vamos desbastar-lhes as arestas.

4. Isto parece querer dizer então que a *habilidade* na narrativa é uma virtude muito mais importante do que o *rigor*. E parece querer dizer também que a história como narrativa pública não existe, nem pode existir: a não ser, claro, que possamos também fazer dela uma questão de bricolage doméstica. Aquilo que parece que pretendo dizer é aquilo que, neste argumento, realmente pretendo dizer: as narrativas públicas só servem para colmatar problemas domésticos que não se resolveram no seu devido *lugar.*

5. Em que medida então podemos viver uns com os outros? Se o movimento que acabou de ser descrito é puramente individual, a resposta é: em nenhuma *medida*, podemos. E a prescrição geral de quem queira candidatar-se seriamente a esse estatuto seria não poder misturar nem coisas, nem histórias, nem peças. Mas há quem esteja disposto a regatear publicamente o estatuto que todos cobiçam: ninguém está disposto a querer ser indivíduo no anonimato. Nestas alturas, o indivíduo deixa de ser leitor (*leitor*, nos termos aqui escritos) para se tornar num leitor de segundo grau [11]. A semelhança aqui, ou é abandonada ou é reintegrada numa estratégia política. A pergunta que fica por responder é se alguma semelhança pode ser reintegrável numa estratégia política. E se for positiva a resposta, a relação de bilateralidade que supostamente se estabeleceria num processo de leitura des-singulariza-se. A pergunta seguinte seria então:

- *Há alguma relação que não a da bilateralidade onde ela se possa constituir ?*

[x]

1. O segredo fútil e doloroso, como diz algures Musil, da individualidade é no fim de contas o mais fácil de guardar, e o mais difícil de manter: porque é comum a toda a gente, mas não pode ser partilhável. É como saber que certo sector do mercado está em crise e que só há um produto para lançar no circuito. E é como se todas as empresas do mundo soubessem disso e tivessem o produto nas mãos para o lançar de imediato. A diferença aqui é que a esperteza e o sentido de oportunidade não servem de nada.

Se como tentei acabar de dizer, a empresa mais difícil a que uma língua se candidata é a da 'fuga', ninguém que a procure pretende viver numa comunidade: quer fugir dela para conseguir fazer justamente aquilo que não pode fazer com ela. Se assim é, se as maiores acrobacias que fazemos com a nossa língua não servem rigorosamente para nada (se o propósito for apanhar o autocarro, pedir um empréstimo ao banco, ser recrutado para a Marinha, é altamente recomendável que não o façamos em rima nem compondo sonetos), se qualquer uso extravagante e não habitual da linguagem não quer outra coisa senão experimentar o prazer da extravagância do seu próprio exercício (a maior parte dos usos modernos mais interessantes da língua, bem como a maior parte das

experiências, actividades e produtos concebidos pela modernidade, são usos intransitivos e privados), se Mário de Sá-Carneiro e poetas afins não querem fazer outra coisa senão estar a sós com o seu interlocutor privilegiado (que dispensa, de antemão, naturalmente, a leitura), de nada serve querer colocar sob circulação questões que não circulam, porque não podem circular, num circuito comum.

Quero dizer então com isto que as pessoas mais robustas e empreendedoras de uma comunidade não fazem sonetos e tratados de filosofia, mas arranjam torneiras e desenham alicerces para pontes? Não. Quero dizer sim que para conseguir fazer das pessoas, 'pessoas mais robustas e empreendedoras' é conveniente que não lhes ensinemos a escrever sonetos e tratados de filosofia. É necessário que estes acidentes na vida de um indivíduo lhe possam acontecer acidentalmente, de preferência, durante a longa experiência da execução de uma série de actividades práticas de relevância pública. Se queremos então que a montanha desabe, é melhor deixá-la ruir por si.

Parte III

[i]

1. Numa história da espionagem, a de Phillip Knightley, encontrei o seguinte relato que descreve um falso alarme de espionagem na Alemanha do período da Primeira Guerra Mundial:

> Uma criada de quarto foi despida e revistada ao sair da Alemanha. A agente policial informou muito excitada que a criada tinha «escrita secreta» no rabo. A criada foi presa, a escrita fotografada, e as fotografias enviadas para o serviço de informações militares para análise. Veio a descobrir-se que a criada, durante a viagem até à fronteira, fora à casa de banho do comboio e, por razões higiénicas, cobrira o assento da sanita com jornal antes de se sentar. A escrita secreta no seu traseiro era da edição desse dia do Frankfurter Zeitung.[12]

Este episódio tem vários pontos que interessam a este trabalho, e não é, em primeiro lugar, a comicidade do episódio que o torna aqui pertinente. Como a linearidade do episódio é um bocadinho decepcionante, vou proceder a uma especulação em torno das suas circunstâncias, e vou portanto fugir intencionalmente àquilo que ele quer dizer (sabendo à partida que aquilo que ele quer dizer não é muito importante para aquilo que eu quero fazer com ele), tornando-o assim figura dos meus propósitos. Sem que estes tenham reservados muitas surpresas, é importante, como processo, que tenhamos de dar com muitos becos sem saída.

O que dificulta a descrição do incidente no episódio é, entre várias coisas, a dificuldade de lhe atribuir um início e portanto a dificuldade de o conseguir prever. Vamos supor que o incidente se chama *erro*. Numa tabela geral de erros onde houvesse uma coluna para *causas* o episódio em questão ficaria, pelo menos provisoriamente, com a coluna livre. Admitindo que, para conseguir chegar a uma causa, necessitamos de uma coordenada temporal, à pergunta 'quando é que ele começa?' pode ser respondido de uma maneira vaga, e sempre insatisfatória, na paranóia dos serviços secretos alemães. Ou, de uma maneira menos vaga, e sempre melhor, quando a criada resolveu tomar medidas de precaução sanitária, ou quando a criada foi presa, ou quando a criada foi despida, ou quando o serviço de informações militares conheceu o resultado das análises. Todas estas respostas dependem, claro, do já conhecido "ponto de vista". O ponto de vista seria naturalmente diferente se a criada fosse culpada e estivesse a falar em solilóquio, se um agente russo estivesse a falar da criada como enviada para missão, ou se o agente alemão do serviço de informações estivesse a falar da criada antes ou depois de conhecer o resultado das análises (ou, inclusivamente, antes ou depois de conhecer a criada). É claro que se o desfecho do episódio contasse com uma criada mais desembaraçada para lidar com situações imprevistas, fosse ela ou não espia, não só o ponto de vista seria outro, como o episódio seria também diferente. Isto parece trivial e estéril.

2. A outra razão que coloca dificuldades à descrição deste erro é que, neste episódio, o erro está disfarçado de erro, ou por outra, neste episódio o erro está muito bem disfarçado de erro. Facto que também não coloca qualquer problema à

família dos erros já que o que parece caracterizar a sua prole é precisamente o seu disfarce. Tirando os erros de cálculo, e eventualmente outros que não interessa aqui apurar, tanto os erros de percepção como os erros de leitura são erros por semelhança, acrescentaria o espectador do erro, sorrindo, 'inflacionada'. Habitualmente, confundimos coisas como coisas iguais, não confundimos coisas como coisas diferentes. Nestes casos, a diferença, se existe, ou não tem uma visibilidade, ou não tem propriamente um valor. Mas parece que a dissolução do erro depende também de um interessante fenómeno de dissolução de um par de iguais. O erro para além de separar semelhanças, previne-as, se conseguir ser tabelado, e candidata-se a configurar como guardião do limite do espaço que que acabou de ser anexar. Aquilo que se parece passar na catarse (melhor, na contra-catarse) da identificação de um erro é um fenómeno parecido com fragmentação, estilhaço ou divisão. Passar a descrever determinado fenómeno como erro é passar a descrever um mundo, perdoem-me a simplicidade da formulação, mais dividido, com menos semelhanças e com mais elementos. Chamar diferente a duas coisas que se confundiram como iguais é concomitante de uma dissolução de semelhança, normalmente espantada, e expressa em 'ah! é diferente' seguido de exclamação. [13]

3. No caso do erro da criada, os serviços secretos alemães nada mais fizeram do que actualizar a convergência típica da gramática do erro que consiste em unir *coisas semelhantes* ou, por outras palavras, que consiste em *fazer pares*. De facto, os agentes alemães não confundiram «escrita secreta» com laranjas, pêssegos ou abrunhos. Confundiram escrita («secreta») com escrita ({de}

«Frankfurter Zeitung»), caso notável de interesse para gramáticos, admitindo que a origem da gramática é um esforço no sentido de identificar, e portanto distinguir, coisas diferentes. Um céptico da linguagem aproveitaria entretanto a ocasião para dizer que nada se teria passado, só uma alteração de palavras: e por mais desapontante que possa parecer a única coisa que o nome 'Frankfurter Zeitung' realmente *faz* no relatório final da investigação é ocupar o lugar do predicado «secreto» quando, pelo aviso de uma «agente policial excitada», a «escrita» entra sob suspeita (ainda «secreta») no laboratório das análises. Mas também não é por aqui que o erro dos serviços secretos alemães se torna excepcional.

4. O que torna excepcional este episódio é que infelizmente todos sabemos que «escrita secreta» só está por escrita de «Frankfurter Zeitung» no laboratório do analista e que, na altura do sinal de alarme, na mente dos alarmistas, esteve por outra coisa. E que coisa foi essa ? para espanto dos espantos, ela própria. Mas o que estava ela a fazer *dentro* da cabeça dos alarmistas?! Em conluio dirão os mais desconfiados, o mesmo que a fazer no traseiro da criada: ou seja, a insinuar uma semelhança ainda sob a forma embrionária de uma suspeita. Perguntar à suspeita exterior se ela se sabia tão bem representada na suspeita interior é uma pergunta naturalmente desnecessária: são irmãs, e os irmãos, de um modo geral, reconhecem-se.

Nesta altura, podemos já estar a chegar àquele momento em que não sabemos muito bem *quem é representação de quem* e *quem é o representado de quê*. Mas isso também é normal, porque em coisas semelhantes não há hierarquias nem funções, na igualdade não há particular. Esta parece ser também

uma questão delicada porque, como se pretende sugerir no caso da «escrita secreta», *as coisas que estão por si* e não por qualquer outra coisa não têm, se entendermos *isso* como representação, um símbolo: são. Não precisam portanto de ser desembaladas. Como é que sabemos então para o que vêm, e o que querem se não têm um traje? Nestes casos não há analista que resista, porque não há análise suficientemente resistente à sua natureza. Tentar perguntar: 'então o que fazemos com elas?' também não é uma boa pergunta. Sabemos apenas o que não podemos fazer com elas que é dá-las, oferecê-las ou ensiná-las. Admitindo ainda que possam ser testemunháveis, o seu testemunho parece depender integralmente do sujeito da testemunha. E como só certos sujeitos são sujeitos de certas testemunhos, porque só certos testemunhos são semelhantes a certos sujeitos, não há maneira de sair de casa para ir trabalhar. Ou por outra, não é necessário vestir fato de macaco nem pôr luvas de borracha, deixemo-nos estar.

5. Mas que as coisas se passam assim, já nós parecemos saber. Existem no entanto objectores, muitas vezes desejosos de jogar às diferenças, que poderão responder que «escrita secreta» na mente dos alarmistas não está efectivamente por «escrita secreta», mas está por outra coisa. E que coisa é essa? «Romances Policiais», responderão. A vantagem desta objecção é que subitamente parecemos ganhar de novo o emprego e uma bancada de trabalho. «Escrita secreta» está para «Romances policias», como uma imagem de banana estaria para aviso de que no próximo cesto de fruta vamos ter bananas.

Quando voltarmos ao trabalho, vamos no entanto voltar a ter problemas. Porque não houve movimento aqui, nada se passou: quando dizemos que certas

coisas estão por outras, não estamos a dizer que essas coisas são ‘outras’ coisas. Pelo contrário, se dizemos que certas coisas estão por si mesmas, e não por ‘outras’, estamos então a dizer que não há representação, mas igualdade. Segundo a lei comutativa, termos iguais são substituíveis e podem portanto permutar o respectivo lugar que ocupam sem qualquer prejuízo nas suas relações. E se estamos a dizer que há igualdade, estamos a dizer então que não há exercício, nem jogo, nem diferenças. Se a agente policial dissesse: «há romance policial no traseiro da criada!» estaria a dizer significativamente o mesmo que teria dito se dissesse «há escrita secreta no traseiro da criada!».

6. Nesta altura, talvez estejamos a achar que afinal o problema deve ser um problema de mentes. Que as mentes dos alarmistas são muito diferentes das mentes dos analistas. Que em certas mentes estão ‘romances’ e que em certas outras mentes estão ‘análises’. E que nas mentes onde estão romances as pessoas têm uma determinada relação com a realidade física, e, nas que têm análises, outra. Não vejo nenhum problema nestas diferenças, se os pacientes dessas relações não tivessem tendência para se incompatibilizar, ou seja, para descreverem como ‘erro’ agramaticalidades distintas. Analistas e alarmistas nunca se deram bem. Mas o que parece fazer com que o peso da balança caia para o lado do analista é um laboratório compartimentado para análises. Em nenhum desses compartimentos há uma folga para onde as dúvidas possam escorregar, e a folga não está lá porque não é necessária. Se um alarmista quisesse construir o seu próprio laboratório de análises teria de começar por afastar os mesmos compartimentos e voltar a redistribuí-los. Se quiséssemos que a agente policial

voltasse a ser destacada para nova vigilância teríamos de descrever de novo o episódio onde o laboratório não fosse desta vez de análises mas fosse um laboratório de compactação de diferenças ou um detector de ‘erros’. A criada era novamente presa e escoltada a uma esquadra diferente.

[ii]

1. Pretendeu sugerir-se na secção anterior que, metaforicamente, ‘dúvida’ é aquilo que escorrega entre um aglomerado de compartimentos e é também aquilo que não existe, por não existir folgas, num laboratório de análises. Como acabou de ser dito, dúvida seria menos aquilo que sobra e mais aquilo que precisa de ter espaço para sobrar. Mantendo a mesma imagem, dúvida seria então ou aquilo que não foi comprimido entre duas coisas, ou aquilo que desaparece quando duas coisas se comprimem. Em que medida, dúvida pode ser então parte de uma certeza, se certeza é aqui descrito como um aglomerado compacto que se caracteriza por não ter folgas? Neste sentido (e talvez só neste), uma dúvida nunca poderá vir a ser parte (nem par) de uma certeza: na certeza, porque é certeza, não pode haver dúvida! Expressões como 'ter a certeza na dúvida' seriam aqui motivo de perturbação (mesmo que eu esteja absolutamente convencida de que existe para esta expressão uma sensação psicológica correlata muito precisa, tão precisa como a de ‘eu estar convencida disso’ neste momento).

2. Nesta altura, receio estar a deixar cair algumas meadas e propunha por isso voltar a coser tudo de novo, em jeito de resumo. Se ‘dúvida’ é aquilo que desaparece na união de duas coisas, aqui, neste texto, ‘dúvida’ é impar. Se há

pouco, aqui, neste texto, ‘erro’ era descrito como a desunião privilegiada de um par, teremos de voltar a reconsiderar ‘dúvida’ se não quisermos que ela venha a colidir perigosamente com ‘erro’ neste relato.

[iii]

1. Há uma série de acusações previsíveis que se podiam fazer aos ‘erros’ cometidos pelos alarmistas que correspondem, regra geral, àquelas que nós ouvimos com mais frequência na boca das pessoas que transpiram, entre outras coisas, convicções. Mas, nesta descrição, sendo o ‘erro’ do alarmista um caso de ausência de folga e não um mero caso de troca, fica também por ocupar a cátedra da defesa destes réus. Creio ser consensual que a convocação de métodos verificativos num processo de inquirição tem mais intimidades com estados de dúvida do que com estados de certeza: verificamos aquilo àcerca do qual temos dúvidas e, regra geral, consideramos inverificável aquilo àcerca do qual temos certezas. Mas, em certos casos (e talvez os mais inesperados), também encontramos a verificação como uma aliada especial da credulidade, deixando esta de ser um instrumento de um processo para passar a ser a confirmação de uma certeza. Nestas alturas, de facto, as análises verificativas são justas porque não fazem mais do que prometem, ou seja, ‘verificar’: obrigar-nos a ver o que já tínhamos visto antes no exacto momento anterior. Ora quando vemos aquilo que já vimos, não estamos a ver de facto, mas a rever e, em particular, a rever o mesmo.

Não conseguimos imaginar (ou conseguimos, mas com alguma dificuldade) um relatório de investigação final a dar ‘razão’ à agente policial alarmada e um agente de informações militares a dizer-lhe, em acto de contrição: ‘de facto, era mesmo secreta, a escrita’. E as razões porque não conseguimos imaginar uma cena destas prendem-se menos com o facto desta conclusão ser disparata e mais com o facto de, nesse laboratório, não existir um instrumento para o disparate. Disparate aqui seria aquilo que não participa como possibilidade de um espectro de causas num programa de explicações delineado a priori. O disparate seria então um peregrino num sistema institucionalizado de valores e de crenças que ‘erra’ sem direcção.

A um processo que para além de regular as suas próprias regras, controla também os seus próprios resultados dá-se o nome de ‘sistema fechado’. Poderá ser objectado, e com razão, que não há ciência sem alicerces nem ciência a espaço aberto. Mas que ciência possível sem folgas? Nesta descrição, possuir certezas está mais ou menos relacionado com esgotar a lotação máxima de um espaço, e neste sentido (e talvez só neste) um crédulo seria então definido como alguém com falta de espaço para alojar outras crenças.

2. O ponto que interessa saber é em que medida crer em alguma coisa está ou não relacionado com a capacidade de tornar uma dúvida alojável e em saber que espécie de ‘erro’ estaríamos a incubar se lhe déssemos hospitalidade. Por outras palavras, em que medida é que da redistribuição de compartimentos depende a folga necessária para uma dúvida acontecer ? Por outras palavras

ainda (em mais uma tentativa de voltar a clarificar), que tipo de ‘erro’ teríamos se a dúvida fosse alojável ?

[iii]

1. Todas estas perguntas sugerem dificuldades que não são produto de uma maldição. Foram livremente contraídas pela própria escolha da imagem que acabei de abandonar na secção anterior que sugeria uma divisão entre analistas e alarmistas e entre o seu exercício de erro, num símile desajeitado e, eventualmente, estreito. Estão no caminho do meu argumento como obstáculos pesados à tentativa imodesta de reabilitar o erro como parte não necessária de um processo e à minha intenção malévola de destacar a tal agente policial alarmista para uma nova vigilância. A reconstrução deste laboratório necessita, porém, deste tijolo e a imagem necessita, por isso, de ser preservada.

[iv]

1. Propunha-me então reparar o episódio da criada, sujeitando-o a uma nova descrição.

Seguindo as leis da composição, à redescrição do episódio deverá corresponder uma mudança de elenco e de espaço. Podemos supor que numa outra esquadra está um Psicanalista, um Crítico Literário e um Historiador Moderno. Os compartimentos desta esquadra estão dispostos para criar as chamadas 'relações de interdisciplinaridade', sendo o principal traço que caracteriza o exercício destas disciplinas as chamadas 'intertextualidades', ou seja, o estabelecimento de linhas contínuas diacrónicas entre um acervo de dados. Tudo está portanto reunido para fazer deste espaço e destas três figuras o exemplo representativo do que seria neste trabalho um processo de ver semelhanças e compactar diferenças, com a particularidade determinante de que não se limitam apenas a tomar como iguais coisas diferentes (nem tampouco a detectar as tais coisas "em" ou "dentro" das tais outras), mas a descrever a semelhança encontrada sob uma perspectiva que a torna, por assim dizer, elástica, pronta para ser, em seguida, alojável numa narrativa. No gabinete de trabalho destas figuras, a ausência do contexto determina a ausência da

semelhança, sendo o primeiro o vínculo necessário da segunda. Gostaria no entanto de fazer notar que a necessidade de um contexto para a constituição de uma semelhança é, ao contrário do que possa parecer, uma forma particular de distinguir e não de unir, distinta porém na maior parte dos casos de certas adesões mais obsessivas ao particular. Por outras palavras, nem esta esquadra, nem estas três figuras são ainda as figuras da minha semelhança, apesar das obras que lhe fiz.

2. Por exemplo, uma semelhança que não foi sujeita a uma alteração num dado processo histórico é, para um historiador moderno, uma semelhança que não tem nem visibilidade, nem contornos, nem relevo: é, por assim dizer, insignificante. Para um historiador moderno, parece ser a própria alteração do fenómeno que suporta a semelhança, o sinal privilegiado da sua identidade. Este é talvez um dos exercícios mais difíceis senão impossíveis de realizar quando o que parece desfazer o par mínimo da semelhança é um traço distintivo particular que consiste em tornar pertinente na semelhança aquilo que ela tem de mais acessório, ou seja, a sua historicidade. Neste sentido, a intertextualidade, modalidade aqui atribuída indiscriminadamente tanto aos exercícios realizados pelos historiadores, como pelos críticos literários, como pelos psicanalistas (todos juntos numa estrutura interdisciplinar), e definida aqui sucintamente como a faculdade de ver correlações que tomam o lugar de signos não expressos, ou, por outras palavras, a faculdade de ver coisas "entre", "dentro de" ou "em" coisas, é um modo particular de tornar as coisas 'parecidas', mas é também um modo de

domesticar certas dificuldades que parecem sucumbir, se sobre elas não exercemos um certo domínio.

3. De facto, parece que se chega sempre a um dado momento em que não sabemos muito bem o que fazer e onde arrumar as coisas que estão espalhadas pelas nossas descrições. Sobretudo, a dado momento, não sabemos muito bem o que dizer às pessoas àcerca das coisas para as quais não conseguimos arranjar lugar. Chamar-lhes nomes é um dos modos possíveis de as pôr em circulação e de as tornar movíveis o que faz com que determinados problemas como o da arrumação e o do alojamento se passem, naturalmente, a não colocar. Este nomadismo cria porém uma série de desentendimentos entre os tais compartimentos.

[v]

1. Em que sentido então o exercício da intertextualidade se distingue da aludida paranóia dos serviços secretos alemães no episódio anterior? A resposta que sugiro é que não se distingue. Assim como a agente policial viu escrita secreta num lugar impensável, muitos de nós parecem ver o impensável nos lugares menos secretos que aparentemente temos à nossa disposição: textos, pessoas, doentes, datas, e acontecimentos. Se um doente é para um psicanalista a presa (/e o cliente) necessária (/o) para a aplicação da sua teoria, um texto literário é muitas vezes a trela (e o cliente) que o profissional precisa para domesticar certos efeitos. Não há, acautelo, nenhum problema aqui: se queremos ter um leão em casa é bom que tenhamos certas precauções. O que apenas pretendo sugerir é que este meio termo contribui para desfigurar a semelhança que aqui, neste texto, se persegue (no sentido em que contribui para lhe retirar a figura).

Em que sentido é que contribui para lhe retirar a figura? No sentido em que a torna maleável, saturando-a. As perguntas seriam então:

♦ *Como podemos então continuar a facultar descrições suficientemente convincentes de arte, eternidade e compartimento num contexto desfigurado como este ?*

- *Que sentido têm estas palavras e as experiências por elas convocadas quando a descrição que fazemos de certos fenómenos parece acentuar prioritariamente a identidade como um traço flutuante ?*

- *Não será que quando detectamos uma alteração de aspecto não estamos também a detectar uma outra forma ?*[14]

[vi]

1. A preservação da continuidade tem por sua vez signos gráficos interessantes. Um deles é o da citação. O aspecto interessante de ver uma citação num texto, contraída, diria também, envergonhada, será o próximo ponto de discussão.

2. Um instrumento como o da citação poderá surgir como o contra-exemplo natural da intuição que agora mesmo acabei de abandonar. Afinal as palavras dos outros circulam pelas nossas palavras de um modo relativamente fácil e pouco dispendioso. Creio que o problema da citação (a ser de facto, um problema) colide, nem que seja tangencialmente, nas arestas de um outro problema, esse sim, já criticamente bem nutrido como ‘problema’.

Há diversas funções desempenhadas pela citação e há portanto diversos tipos de citação. A tipologia dessas funções não será matéria de interesse neste trabalho, a citação é um tópico que interessa aqui por outras razões. Para além de citar, o que é que se passa realmente quando fazemos, com ou sem aviso gráfico, uma citação?

Normalmente, chama-se ‘citação deslocada’ àquele tipo de citação que se caracteriza por não estabelecer qualquer tipo de relação de continuidade ou afluência com o texto hospedeiro. Esta formulação não deixa de ser curiosa já que

se esquecermos intencionalmente a ordem de chegada histórica (é claro que Séneca vem antes de Virgílio e que Virgílio vem antes de Tasso e que Tasso vem antes de Shakespeare) de facto, cineticamente, quem se desloca para algum lado é o texto que busca o passo e não o passo que se aloja no texto. Uma das inúmeras maneiras de tratar mal os clássicos é esta de os obrigar a ser figura das inquietações da modernidade, como se as inquietações da modernidade fossem ou pudessem ser semelhantes às do passado.

Nada disto tem qualquer tipo de interesse se a citação fosse vista como uma mera jóia que se engasta em metal impuro. Mas a citação é muitas vezes vista e apreciada como uma experiência particular de comunhão do pensamento universal. Como se chegasse uma altura (ou como fosse possível que assim fosse) que todos nós nos recordássemos das mesmas frases, usássemos as mesmas citações e falássemos todos da mesma maneira e tivéssemos, pois, vontade de chamar ao nosso domicílio os mesmos ilustres convivas. De qualquer maneira, no que diz respeito aos propósitos deste trabalho, a citação vista como um conjunto de estilhaços a boiar num espólio comum de tópicos parece ser mais vantajosa do que a de um mero ornamento para criar inveja nos apátridas. Se a citação for uma de entre muitas actividades de atribuição de sentido, como se explica então que a citação possa ser sequer um exercício desempenhável e, sobretudo, reconhecível como exercício? No caso do primeiro ensaio, por exemplo: estaria a alarmista a exibir um desempenho de citação? E a conclusão da análise parece ter se decidido a responder afirmativamente. Mas estaria a alarmista em condições de convidar o parceiro do lado a apanhar boleia da

mesma citação no mesmo preciso momento? A conclusão da análise parece ter-se decidido a responder negativamente.

Se cada um de nós lesse, fingisse, representasse e sentisse de maneira radicalmente distinta dos comuns mortais, a citação seria uma actividade simplesmente impossível. E a pergunta seria: então, porque é que a citação existe como exercício ? Como é que é possível que possa existir aquilo que existe quando citamos: encontros, fortuitos ou não, entre citados e citadores ? Que faz, por exemplo, um passo das Epistolae morales ad Lucilium de Séneca num texto de Daniel Sampaio dedicado às crises existenciais da adolescência urbana ? O que é que o Séneca de Lucílio tem para dizer num texto de Daniel Sampaio, o que é Daniel Sampaio tem a ver com Séneca e o que é que Lucílio tem a ver com adolescentes urbanos? Se existisse um espólio discriminado de citações aos quais os escritores modernos recorressem para ornamentar os seus textos, seria natural encontrar ilustres antepassados como Séneca e outros em textos hodiernos. Se nós hoje vimos as jóias mais exóticas nas mãos mais inesperadas e nos colos mais senis, a razão é muito simples: porque existem montras de jóias. Não existindo montras de citações, como se explica então que Daniel Sampaio se possa *servir de* Séneca ?

Responderão aqueles que olham para os clássicos como pérolas que se engastam em metal impuro: ‘por vaidade’. Mas aqueles que acreditam na citação como particular experiência de comunhão do pensamento universal, responderão deste modo: ‘de modo natural, a elasticidade do exercício reminescente de Daniel Sampaio chega até ao sec. II D.C.’. Se assim fosse, o encontro de Sampaio com Séneca não seria um encontro propriamente dito, nem o passo das Epistolae

morales ad Lucilium em Sampaio seria uma ‘citação’, mas sim uma experiência. Nessa altura Séneca seria de facto um afluente e haveria, de facto, uma continuidade. E nessa altura, as comas de citação caiem porque não seria necessário avisar o leitor que Séneca vai entrar em cena. O nome Daniel Sampaio diluia-se definitivamente e muitos dos problemas da crítica literária extinguir-se-iam.

Observação final

Neste momento final, julgo conveniente fazer um pequeno resumo explicativo .A primeira pergunta que poderá ser levantada é: ‘qual é a relação entre os três blocos de texto ?’

E a resposta é: ‘Decrescente’: na primeira parte estive a falar de mercados e de sentidos; na segunda parte estive a falar de dificuldades insusceptíveis de serem resolvidas; e na terceira, e última parte, de dificuldades que possuem a particularidade de se esconder por entre as folgas de uma dada disposição cénico-disciplinar

Há quem me possa acusar de que estou a fazer *bluff*. Talvez um dos grandes testes para saber se estou ou não a falar de verdadeiras dificuldades, ou seja, de hiatos conceptuais, ou se estou, pelo contrário, presa nas teias de uma dificuldade criada por demérito conceptual próprio seria, por exemplo, tentar submeter os meus exercícios escritos a um teste semelhante àquele que na segunda parte deste trabalho sugeri para desarmar o texto de Sá-Carneiro. O desafio do teste seria este: se conseguirmos desenhar uma imagem para aquilo que estamos a dizer, então aquilo que estamos a dizer tem uma figura. E se aquilo que estamos a

dizer tem uma figura, então aquilo que estamos a dizer ou não é uma verdadeira dificuldade, ou é uma dificuldade libertável no exercício de qualquer tipo de talento. Mas por que razão a imagem teria prioridade cognitiva sobre tudo aquilo que acabei de tentar dizer nas últimas páginas por extenso, sem recurso a diagramas, sem recurso a imagens ou representações gráficas, por intermédio de palavras simples? Porque as imagens, ao contrário dos textos, parecem possuir a faculdade especial de facilitar o tráfego dos conteúdos através de uma operação particular de transporte. Por outras palavras, com as imagens fazemos mais coisas e de modo mais rápido do que fazemos com as palavras, mesmo as mais simples que tentarmos empregar.

NOTAS

Parte I

[1] É antes de mais curioso verificar de que contextos tem vindo a desaparecer a ideia de que todos nós em fase de instrução contamos com uma faculdade especial chamada «dom». Pelo que me é dado perceber, o termo desapareceu completamente de contextos onde ele era inquilino vitalício: por exemplo, das humanidades, incluindo a medicina.

[2] Plato, Theaetetus, 155-d

[3] Pensemos, por exemplo, num tipo particular de sinal que são os pronomes substantivos. A função recta do pronome substantivo é talvez a ilustração mais fiel do que pretendo propor como dificuldade neste trabalho. Pro-nome é um nome que «está em vez de» ou que «toma o lugar de».

[4] Se imaginarmos o ensino como um grande veículo de transporte, no contentor da sua mercadoria deveria estar pregado este autocolante MATERIAL FRÁGIL.

[5] O termo ‘objecto’ deverá ser aqui entendido como o termo escolar correlato que é ‘matéria’. A ciência mecânica não ensina ‘motores’ ensina os ‘mecanismos de funcionamento do motor’.

[6] Chamo ao ensino uma «influência» porque não consigo reduzi-lo a uma «ciência». O termo influência é aqui desavergonhadamente influenciado pelo termo de Harold Bloom em The Anxiety of Influence.

[7] Nestes tipo de câmbio não existe a noção de bem. É curioso notar aquilo que acontece a certos objectos quando são promovidos a bens de valor. Na maior parte das vezes, perdem proporcionalmente em uso aquilo que ganham em relevo. Não por acaso, o relevo que ganham é cobrado com despesas de manutenção em operações de defesa. O caso das árvores e o caso das mulheres é um exemplo.

Parte II

[8] Mário de Sá-Carneiro, Céu em Fogo, Edições Atica, Lisboa,1980

[9] Compreender à partida a existência de entidades de leitura tão inexplicáveis e abstrusas como são, por exemplo, as clínicas psicanalíticas e as companhias de seguros estaria completamente interdita sem esta explicação. É mesmo verdade que certas pessoas acreditam mesmo que assinando um seguro de vida assinam um passaporte de longevidade. E mesmo que alguém lhes diga: 'não, o que você está, de facto a fazer, é a remediar os danos em caso de ocorrência de risco' difcilmente a pessoa aceitará. Mas a assinatura do contrato depende deste tipo de cegueira.

[10] Para o entendimento do termo 'paranóia' contei com os úteis esclarecimentos e as precisosas indicações do Professor Trindade Santos.

[11] Também chamado de 'crítico'.

Parte III

[12] Phillip Knightley: 1990

[13] Podemos tomar o exemplo de um jogador de xadrez particularmente meticuloso que insiste connosco que o par de cavalos das pretas (as dele) precisa

de estar adequadamente distribuído. ‘Adequadamente distribuído’ para este jogador é cavalo esquerdo em ‘g8’ e cavalo direito em ‘b8’. Faz então com um canivete uma marca x naquele que põe sempre na ‘g8’ e uma marca y naquele que põe sempre na ‘b8’. Para este jogador, não existe propriamente um par de cavalos no kit das peças de xadrez, o que existe para este jogador é um cavalo que se coloca à direita e um cavalo que se coloca à esquerda, devidamente marcados. Para ilustrar o problema, se este jogador tiver uma grande influência na comunidade xadrezística, podemos imaginar uma Federação Internacional de Xadrez a determinar como regra um erro (chamemos-lhe assim) e por consequência a obrigar os fabricantes de peças de xadrez a inaugurarem um novo design de elementos.

[14] Ilustro com um exemplo: só uma grande generosidade (ou uma grande ironia que nos tempos que correm parece a irmã possível da primeira) pode, por exemplo, reconhecer na língua em que escrevo neste momento, a língua do meu antecessor Malheiro Dias. Claro que a língua em que escrevo é mais parecida com a língua de Malheiro Dias do que com a língua de Kondratov. Mas e que fazemos nós com esta semelhança? O ponto que pretendo defender é que fazemos quase tão pouco com ela com se nos pedissem que fizéssemos alguma coisa com as afinidades existentes entre o russo e o português: ou seja, quase nada.